

TRAJECTÓRIAS DE JOVENS ROBOTEIROS NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL EM LUANDA

TRAJECTORIES OF YOUNG HANDCART PORTERS IN LUANDA'S INFORMAL LABOUR MARKET

Oswaldo Adão Gabriel Singui

Faculdade de Serviço Social, Universidade de Luanda, Angola

Professor Auxiliar; Doutor em Sociologia pelo ISCTE, Lisboa

E-mail: não informado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2830-7018>

Resumo

O estudo tem como propósito compreender as trajetórias de jovens migrantes que trabalham como roboteiros em Luanda, identificando razões da migração, formas de ingresso na actividade, condições quotidianas, redes de solidariedade e expectativas de futuro. Adoptou-se uma metodologia mista, com predominância qualitativa: aplicaram-se 212 questionários em três mercados com elevada concentração de roboteiros e realizaram-se 16 entrevistas semiestruturadas a um subgrupo de participantes, complementadas por observação directa. Os resultados mostram que a falta de emprego e rendimento nas províncias de origem, os efeitos prolongados da guerra e a procura de melhores condições de vida impulsionam a migração. A inserção na actividade ocorre sobretudo por intermédio de amigos e familiares. O trabalho é marcado por esforço físico intenso, jornadas extensas, exposição climática, violência, habitação precária e ausência de protecção social institucional. Em contrapartida, redes primárias asseguram alimentação, alojamento, aquisição ou reposição do cangulo e auxílio em situações de doença. As expectativas concentram-se no emprego digno, na educação dos filhos, na habitação própria e na mobilidade ocupacional. O estudo implica políticas territorialmente equilibradas de emprego, formação, habitação e protecção social. A originalidade reside em articular trajetória migratória, quotidiano laboral, solidariedade e projectos de futuro de um grupo pouco estudado no contexto angolano.

Palavras-chave: juventude; migração interna; roboteiros; trabalho informal; redes de solidariedade.

Abstract

This study aims to understand the trajectories of young migrants working as handcart porters in Luanda, identifying reasons for migration, pathways into the occupation, everyday working conditions, solidarity networks, and future expectations. A mixed-methods design with a qualitative emphasis was adopted: 212 questionnaires were administered in three markets with a high concentration of porters, followed by 16 semi-structured interviews with a subgroup of participants and direct observation. Findings indicate that unemployment and insufficient income in the provinces of origin, the prolonged effects of war, and the search for better living conditions drive migration. Entry into the occupation occurs mainly through friends and relatives. Work is characterised by intense physical effort, long working hours, exposure to weather, violence, precarious housing, and a lack of institutional social protection. In response, primary networks provide food, accommodation, the acquisition or replacement of handcarts, and assistance during illness. Participants' expectations focus on decent employment, their children's education, home ownership, and occupational mobility. The findings call for territorially balanced employment, training, housing, and social protection policies. The study's originality lies in connecting migration trajectories, everyday labour, solidarity, and future projects among an understudied occupational group in Angola.

Keywords: youth; internal migration; handcart porters; informal work; solidarity networks.

1. Introdução

Nos últimos anos, o trabalho informal tornou-se uma das principais alternativas de sobrevivência para grupos que migram para Luanda. Perante a escassez de emprego formal, jovens migrantes criam mecanismos de adaptação e inserem-se em actividades de baixa remuneração e protecção. Entre essas actividades encontra-se a dos roboteiros, trabalhadores que transportam mercadorias em cangulos, ou carros de mão, nos mercados da capital.

A emergência e a expansão destas ocupações devem ser lidas à luz da história social angolana. A guerra prolongada intensificou o êxodo populacional, degradou as economias rurais e contribuiu para a concentração demográfica em Luanda. Mesmo após a paz alcançada em 2002, o deslocamento continuou, agora alimentado também pelas desigualdades territoriais, pela insuficiência de oportunidades económicas e educacionais e pela concentração de investimentos na capital. Dados preliminares do

censo de 2014 indicavam que Luanda concentrava 27% da população nacional (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2014).

A migração rural-urbana não é exclusiva de Angola, nem pode ser reduzida à guerra. A decisão de migrar combina factores de expulsão nas áreas de origem e factores de atracção no destino. Entre os primeiros estão a falta de emprego, a fome, a baixa produtividade da agricultura de subsistência e a escassez de educação e formação profissional; entre os segundos, a expectativa de rendimento, a concentração de serviços e a presença de familiares ou conterrâneos em Luanda. A migração é historicamente condicionada e responde a situações sociais concretas (Singer, 1980). A ausência de requisitos educacionais e de treinamento também limita a integração no mercado formal (Brito & Carvalho, 2006, como citados em Ghuzi, 2012).

A economia informal de Luanda oferece baixas barreiras de entrada e, por isso, absorve trabalhadores sem credenciais académicas, profissionais ou documentais. Lopes (2004) chama a atenção para a diversidade dos agentes que constituem este universo, incluindo candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros. Estudos posteriores assinalam que, perante dificuldades de empregabilidade, a informalidade funciona como estratégia de sobrevivência, embora mantenha os trabalhadores expostos à precariedade (Félix, 2021; Samba, 2018). Estratégias desta natureza articulam decisões de trabalho, reprodução familiar, socialização e migração (Santos, 2010).

A vida quotidiana constitui uma categoria central para compreender estas trajectórias. Não corresponde apenas à repetição mecânica de rotinas, mas a um processo histórico, político, económico e cultural no qual os sujeitos mobilizam conhecimentos, crenças e práticas (Monteiro, 2012). Para os roboteiros, o quotidiano reúne procura diária de clientes, transporte de cargas, exposição ao sol e à chuva, gestão de rendimentos incertos, partilha de alojamento e manutenção de vínculos com familiares nas províncias de origem.

A vulnerabilidade laboral é agravada pela fragilidade da protecção social. Trabalhadores independentes e informais podem cair rapidamente em pobreza quando a actividade é interrompida, como se observou durante confinamentos e outras crises (Tavares, 2013). Na ausência de apoio institucional, redes de parentesco, amizade e origem comum asseguram recursos imediatos. Essas redes, todavia, não substituem direitos laborais, previdência, cuidados de saúde ou políticas públicas de redução das desigualdades.

O problema de investigação formula-se do seguinte modo: que factores explicam o ingresso de jovens migrantes na actividade de roboteiro em Luanda e como se configuram as suas trajectórias, condições de vida, redes de solidariedade e expectativas? A questão desdobra-se em interrogações sobre os motivos de abandono das áreas de origem em tempo de paz, os mecanismos de integração no sector informal, a influência da escolaridade e da formação profissional e os projectos de futuro.

O objectivo geral é compreender as trajectórias de vida de jovens roboteiros no mercado de trabalho informal de Luanda. Especificamente, pretende-se identificar os motivos da migração, descrever o ingresso e as condições de exercício da actividade, analisar as redes de solidariedade e interpretar as expectativas dos participantes. A relevância social reside em produzir conhecimento útil à formulação de políticas de emprego, formação, assistência e protecção social; a relevância científica decorre da atenção a um grupo ainda pouco estudado nas pesquisas angolanas sobre juventude, migração e informalidade.

2. Metodologia

2.1 Desenho do estudo

Realizou-se um estudo de abordagem mista, quanti-qualitativa, com predominância qualitativa. A componente quantitativa destinou-se a descrever regularidades no conjunto estudado, enquanto a componente qualitativa procurou aprofundar sentidos, experiências e percursos individuais. A combinação permitiu relacionar características gerais do grupo com narrativas sobre migração, trabalho, habitação, família, apoio social e aspirações.

2.2 Contexto, participantes e amostragem

O trabalho de campo decorreu em três dos principais mercados de Luanda com maior concentração de roboteiros. Participaram 212 trabalhadores na etapa do inquérito. Posteriormente, um subgrupo de 16 participantes integrou entrevistas semiestruturadas em profundidade. O manuscrito de base não explicita o período da recolha, os nomes dos mercados, o procedimento de selecção, os critérios de inclusão e exclusão, nem a distribuição sociodemográfica completa; tais informações devem ser acrescentadas antes da submissão para assegurar a reprodutibilidade do estudo.

2.3 Técnicas e procedimentos de recolha

Aplicaram-se questionários aos 212 participantes para recolher informação sobre origem, escolaridade, razões da migração, condições de trabalho e de habitação, relações familiares, redes de apoio e

expectativas. As 16 entrevistas semiestruturadas retomaram essas dimensões, permitindo explorar as trajetórias e os significados atribuídos à experiência de migrar e trabalhar como roboteiro. A observação directa complementou os relatos, particularmente no que respeita às práticas de interajuda e ao ambiente laboral.

2.4 Tratamento e análise dos dados

Os dados quantitativos foram utilizados de forma descritiva. Como o texto disponível apresenta apenas algumas proporções agregadas e não inclui a base de dados, não se efectuaram novos cálculos nem testes inferenciais. Os depoimentos foram organizados por eixos temáticos: motivos da migração; ingresso no trabalho informal; quotidiano e precariedade; redes de solidariedade e protecção; e expectativas de futuro. A interpretação articulou convergências entre questionários, entrevistas e observação, preservando a linguagem oral nas citações seleccionadas.

2.5 Considerações éticas e limitações metodológicas

Os participantes são identificados apenas pela ocupação e idade, reduzindo a exposição das suas identidades. Contudo, o manuscrito original não informa consentimento livre e esclarecido, autorização institucional, apreciação por comissão de ética, procedimentos de confidencialidade, datas do trabalho de campo ou forma de gravação e transcrição. Estes elementos devem ser documentados pelo autor antes da publicação. Constituem ainda limitações a concentração do estudo em três mercados, a amostragem não descrita e a ausência de frequências completas, factores que impedem generalizações estatísticas para todos os roboteiros de Luanda.

3. Resultados

3.1 Migração para Luanda

As entrevistas revelam heterogeneidade nos motivos de deslocamento. Destacam-se a falta de emprego, o rendimento insuficiente, a fome, os efeitos do conflito armado e, em menor medida, a intenção de prosseguir estudos. A procura de melhores condições de vida constitui o denominador comum. Benguela, Katumbela e outras áreas do interior aparecem como lugares onde a agricultura de subsistência, a criação de gado e as oportunidades laborais não garantiam resposta às necessidades familiares.

“Vim à Luanda para melhorar a minha vida e tenho parentes aqui, que me trouxeram aqui, porque a vida lá em Benguela é mais difícil.” (Roboteiro, 23 anos)

“É pá, eu vivia em Benguela. Eu sou de Benguela. A guerra me fez fugir, é por isso que eu vim parar aqui em Luanda.” (Roboteiro, 27 anos)

“Sou natural de Katumbela, província de Benguela, estou em Luanda à procura de melhores condições de vida.” (Roboteiro, 19 anos)

Os testemunhos articulam constrangimentos estruturais e decisões individuais. A presença de parentes na capital reduz os custos iniciais da deslocação, enquanto a imagem de Luanda como centro económico reforça a atracção. A guerra permanece na memória de alguns participantes, mas não explica isoladamente a migração contemporânea. A desigualdade entre províncias e a dificuldade de satisfazer necessidades básicas continuam a incentivar a saída de jovens.

3.2 Ingresso na actividade de roboteiro

Depois da chegada à capital, amigos e familiares já estabelecidos desempenham papel decisivo na integração. Eles transmitem informação sobre o funcionamento dos mercados, ensinam formas de abordar clientes, explicam a disputa por cargas e ajudam a obter o cangulo. A actividade surge menos como escolha vocacional do que como resposta imediata à exclusão do emprego formal.

“Comecei a fazer este trabalho de carregar mercadoria, por causa dos meus amigos que me falaram que mais vale fazer este trabalho do que fatigar os outros.” (Roboteiro, 19 anos)

“Hoje em Luanda encontrar um emprego está malé malé [...] Pior ainda para nós que viemos de outras províncias que não estudámos quase nada.” (Roboteiro, 20 anos)

A insuficiência de escolaridade e formação, a falta de documentos, o reduzido capital económico e a percepção de favorecimento no acesso ao emprego formal restringem as alternativas. O sector informal torna-se acessível porque permite começar com poucos recursos, mas essa facilidade de entrada é acompanhada por instabilidade e fraca capacidade de progressão.

3.3 Quotidiano, trabalho e condições de vida

O quotidiano é marcado por esforço físico intenso, longas jornadas, concorrência por clientes e exposição permanente ao sol e à chuva. Os participantes transportam cargas pesadas sem enquadramento laboral, previdência ou garantia de rendimento. A vulnerabilidade estende-se à habitação: vários trabalhadores partilham espaços precários para reduzir despesas e, segundo o resumo do estudo, parte deles vive sem acesso regular a energia eléctrica ou água potável.

“A vida que nós levamos é muito difícil, mas temos que fazer mesmo esse trabalho todos os dias, para conseguir lá um pão, porque conseguir aqui em Luanda um trabalho é muito difícil, ainda mais nós que não temos documentos e também não estudámos.” (Roboteiro, 24 anos)

“É só mesmo aguentar com a vida para conseguir qualquer coisa para comer [...] e mandar qualquer coisa lá na família para as crianças.” (Roboteiro, 28 anos)

O rendimento diário serve simultaneamente para alimentação, alojamento e remessas familiares. O trabalho expõe os jovens ao roubo, à discriminação e a intervenções policiais, sem mecanismos formais de reparação. Cerca de um quarto dos inquiridos não possuía escolaridade e aproximadamente metade tinha apenas o ensino primário; nenhum participante frequentara o ensino superior e apenas uma parcela mínima concluíra o ensino secundário. Assim, quase dois terços estudaram somente até cerca dos 12 anos ou nunca estudaram.

3.4 Redes de solidariedade e protecção

As redes primárias constituem a principal resposta à insegurança. A ajuda mútua manifesta-se na partilha de comida e alojamento, na contribuição para o mata-bicho, no apoio durante a doença e na compra, empréstimo ou reposição do cangulo. A origem regional comum reforça relações de confiança, especialmente na recepção de recém-chegados.

“Se o amigo está doente temos que lhe ajudar. [...] Vivemos seis a oito pessoas na mesma casa para poupar dinheiro e nos ajudar a ter um pouco para regressar com alguma coisa lá na banda.” (Roboteiro, 24 anos)

“Para se ajudar nós associamos dinheiro para o mata-bicho. Em Luanda é difícil viver sem dinheiro porque aqui, se não trabalhas, as pessoas também não te ajudam.” (Roboteiro, 25 anos)

Em contraste, os depoimentos indicam desconhecimento ou ausência de apoio estatal. Os participantes não identificam benefícios a que possam recorrer quando adoecem, perdem rendimento ou enfrentam crises. A pandemia tornou esta desigualdade particularmente visível, pois a interrupção do trabalho significou perda imediata de subsistência.

“Nunca recebi nenhum apoio do governo e, se existe esse apoio, é só mesmo entre eles, porque nós aqui ninguém nos conhece.” (Roboteiro, 30 anos)

“Não sei se eu tenho mesmo direito de receber qualquer ajuda neste país, porque desde que eu nasci nunca me deram alguma coisa.” (Roboteiro, 23 anos)

3.5 Expectativas e projectos de futuro

Apesar das adversidades, os participantes projectam mudanças para si e para as suas famílias. O investimento na educação dos filhos aparece como meio de interromper a reprodução intergeracional da informalidade. Também são mencionados emprego digno, casa própria e compra de motorizada para exercer mototáxi, localmente designado kupapata. No grupo, a aquisição deste meio pode representar mobilidade ocupacional e aumento de prestígio.

“O meu sonho é lutar para a formação dos meus filhos, para que amanhã eles não possam passar pela humilhação que eu estou a sofrer cá em Luanda.” (Roboteiro, 23 anos)

“Gostaria que o nosso governo fizesse mais para a nossa juventude, criando possibilidades de emprego para os mais jovens em todas as províncias.” (Roboteiro, 29 anos)

Os projectos combinam aspirações individuais e reivindicações colectivas. Os jovens desejam progredir, mas reconhecem que a sua trajectória depende de transformações nas políticas de emprego, educação, habitação e desenvolvimento provincial. A esperança não elimina o sentimento de abandono, antes evidencia a distância entre os direitos formalmente reconhecidos e as oportunidades efectivamente acessíveis.

Tabela 1. Síntese dos resultados por dimensão analítica

Dimensão	Evidência principal	Implicação
Migração	Falta de emprego e rendimento, guerra, fome e procura de melhores condições.	Desigualdades territoriais impulsionam a deslocação para Luanda.
Inserção	Amigos e familiares facilitam acesso ao mercado, clientes e cangulo.	Redes sociais compensam barreiras de entrada no emprego formal.
Quotidiano	Esforço físico, jornadas extensas, exposição climática, violência e rendimento incerto.	A actividade reproduz precariedade laboral e habitacional.
Solidariedade	Partilha de comida, alojamento, dinheiro e instrumentos de trabalho.	A protecção informal é essencial, mas insuficiente para substituir direitos.

Expectativas	Educação dos filhos, emprego digno, casa própria e motorizada.	Os projectos exigem políticas de emprego, formação, habitação e protecção social.
--------------	--	---

Nota. Elaboração própria com base nos questionários, entrevistas e observação directa.

4. Discussão

4.1 Migração e desigualdades territoriais

Os resultados corroboram a interpretação da migração como resposta a constrangimentos historicamente produzidos. A procura de melhores condições em Luanda não deriva apenas de uma preferência urbana individual; relaciona-se com a concentração de oportunidades, a fragilidade das economias provinciais e a persistência dos efeitos da guerra. Esta leitura converge com Singer (1980), para quem os movimentos migratórios respondem a situações históricas concretas, e com a abordagem dos factores de expulsão e atracção mobilizada por Ghuzi (2012).

A presença de familiares na capital demonstra que a decisão migratória é mediada por redes. Os contactos reduzem incertezas e oferecem acolhimento inicial, mas também canalizam os recém-chegados para nichos ocupacionais já conhecidos. Por isso, a rede é simultaneamente recurso de integração e mecanismo que pode reproduzir a inserção precária. Políticas de desenvolvimento equilibrado entre províncias, apoio à produção rural, emprego juvenil e acesso descentralizado à educação poderiam reduzir migrações motivadas pela ausência de alternativas, sem restringir o direito à mobilidade.

4.2 Informalidade, escolaridade e precariedade

A integração dos participantes no trabalho de roboteiro confirma o papel ambivalente da economia informal. Por um lado, o sector oferece uma possibilidade imediata de rendimento a trabalhadores com pouca escolaridade, poucos documentos e reduzido capital. Por outro, a facilidade de entrada transfere riscos para o indivíduo e normaliza jornadas longas, instabilidade, exposição climática e ausência de

direitos. Esta conclusão aproxima-se das análises de Lopes (2004), Samba (2018) e Domingues (2019) sobre as estratégias de sobrevivência no contexto africano e luandense.

Os baixos níveis de escolaridade limitam a mobilidade ocupacional. A inexistência de participantes no ensino superior e a concentração no ensino primário evidenciam desigualdade de oportunidades, particularmente nas áreas rurais. Justo (2003) associa a educação ao desenvolvimento, à capacidade produtiva e ao combate à pobreza e à desintegração social. Contudo, a educação não deve ser tratada como responsabilidade exclusiva do indivíduo: sem expansão territorial da oferta, bolsas, documentação, formação profissional e criação de postos de trabalho, a qualificação isolada não resolve as barreiras estruturais.

A categoria de quotidiano proposta por Monteiro (2012) ajuda a perceber que a repetição do trabalho não é neutra. Ela incorpora relações de poder, adaptação, resistência e reprodução social. Os roboteiros reorganizam rotinas, habitação e vínculos familiares em torno de um rendimento diário incerto. A persistência descrita nos testemunhos não deve romantizar a precariedade; ela revela capacidade de acção em condições que requerem intervenção pública.

4.3 Solidariedade e insuficiência da protecção institucional

A solidariedade entre conterrâneos, amigos e familiares é um dos achados centrais. A partilha de recursos permite sobreviver a doenças, avarias, roubos e períodos sem clientes. Estas redes reduzem danos imediatos, facilitam o ingresso de novos trabalhadores e mantêm laços com as famílias de origem. Ao mesmo tempo, operam com recursos escassos e podem ser incapazes de responder a acidentes graves, incapacidade prolongada, velhice ou parentalidade.

A percepção de ausência estatal ganha relevo quando confrontada com a vulnerabilidade dos trabalhadores independentes em situações de interrupção económica, analisada por Tavares (2013). A cobertura social deve ser concebida de modo compatível com rendimentos irregulares e actividades móveis. Registo simplificado, acesso a cuidados de saúde, mecanismos contributivos flexíveis, protecção contra violência e extorsão e espaços seguros de trabalho são medidas mais adequadas do que respostas meramente repressivas.

4.4 Expectativas, mobilidade e implicações para políticas públicas

Os projectos de educação dos filhos, habitação e aquisição de motorizada revelam aspirações de mobilidade intergeracional e ocupacional. A formação é percebida como condição de respeito e emprego, enquanto a casa própria simboliza segurança e autonomia. A passagem para o mototáxi é interpretada como progressão dentro da economia popular, embora possa conservar riscos e ausência de protecção. As expectativas confirmam a observação de Samba (2018) de que os jovens continuam a formular sonhos significativos mesmo perante severas restrições.

As implicações distribuem-se por quatro frentes. Primeiro, políticas de emprego e desenvolvimento económico devem alcançar as províncias de origem, reduzindo a concentração de oportunidades em Luanda. Segundo, programas de alfabetização, conclusão escolar e formação profissional precisam de horários e modalidades compatíveis com o trabalho diário. Terceiro, medidas de protecção social devem reconhecer trabalhadores informais e assegurar resposta a doença, acidente, parentalidade e velhice. Quarto, políticas urbanas devem enfrentar a precariedade habitacional, o acesso à água e energia e a segurança nos mercados.

A contribuição original do estudo é integrar dimensões frequentemente analisadas em separado: trajectória migratória, acesso ao trabalho informal, experiência quotidiana, redes de solidariedade e projectos de futuro. Esta articulação mostra que a informalidade não é um episódio isolado, mas parte de um percurso condicionado por desigualdades territoriais e educacionais. Em termos analíticos, as redes sociais devem ser entendidas tanto como recursos de protecção quanto como vias de reprodução de nichos ocupacionais vulneráveis.

5. Conclusão

O estudo permitiu compreender as trajectórias de jovens roboteiros a partir de informação recolhida junto de 212 inquiridos e 16 entrevistados em três mercados de Luanda. A migração resulta principalmente da falta de emprego e rendimento nas áreas de origem, agravada pelos efeitos históricos da guerra, pelas desigualdades regionais e pela insuficiência de educação e formação profissional. Na capital, amigos e familiares facilitam a entrada na actividade, fornecendo conhecimento, contactos e apoio para adquirir o cangulo.

O trabalho caracteriza-se por esforço físico intenso, jornadas extensas, exposição ao clima, concorrência, risco de roubo, discriminação e ausência de regulamentação e protecção social. A precariedade laboral articula-se com habitação inadequada e baixos níveis de escolaridade. As redes de solidariedade são

decisivas para alimentação, alojamento, doença e manutenção dos instrumentos de trabalho, mas não conseguem substituir políticas públicas universais.

Apesar das dificuldades, os jovens mantêm expectativas de emprego digno, educação dos filhos, habitação própria e mobilidade ocupacional. Tais expectativas fundamentam recomendações de desenvolvimento provincial equilibrado, expansão da escolaridade e formação profissional, criação de emprego juvenil, reconhecimento dos trabalhadores informais e mecanismos flexíveis de protecção social. Estudos futuros deverão apresentar a caracterização estatística completa da amostra, explicitar os procedimentos éticos e metodológicos e comparar mercados e províncias de origem.

Referências

- Domingues, J. S. V. (2019). O mercado informal em Luanda [Dissertação, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa].
- Ghuzi, J. (2012). Migração interna: O estudo do fenómeno no município de Jacuizinho [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Santa Catarina].
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). Resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola 2014.
- Justo, C. S. S. (2003). Os meninos fotógrafos e os educadores: Viver na rua e no Projecto Casa. Editora UNESP.
- Lopes, C. M. M. G. (2004). Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros: Uma digressão pela economia informal de Luanda. In VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra.
- Monteiro, I. L. (2012). Modo de vida e de trabalho das mulheres que zungam em Luanda [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].
- Samba, S. J. (2012). Adolescentes em situação de rua em Angola e a educação social. Paco Editorial.
- Samba, S. J. (2018). O trabalho informal em Luanda: Luta e persistência dos jovens migrantes. Cortez.
- Tavares, A. S. (2013). Pobreza, exclusão social e desenvolvimento social: O caso do Programa Rede Social em Almada [Dissertação de mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa].
- Temóteo, A. G. V. (2014). Vidas cansadas: Quotidiano e trabalho no universo dos mototáxis em Campina [Dissertação, Universidade Federal da Paraíba].

